

El Enseñanza Superior en Portugal: evolución y perspectivas en torno de la equidad

Introdução

Nos últimos 30 anos, Portugal conheceu um processo de democratização sem precedentes. A Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974 mudou decisivamente o panorama político português ao terminar com uma ditadura de 48 anos e reinstalar o regime democrático. As mudanças ocorridas, pelo seu significado e pelo que efectivamente representaram no tecido empresarial, educativo e social do país, foram incomensuráveis. Um dos exemplos mais expressivos é o da educação.

De um ano para o outro, o número de crianças na escola explodiu, em virtude do direito constitucional à educação que se repercutiu no estabelecimento da escolaridade obrigatória (6, 9, 12 anos); nos apoios sociais às crianças dos ensinos básico e secundário; nas políticas de inclusão; nas ofertas educativas vocacionais; etc. (Ministério da Educação - ME, vários anos).

No ensino superior, de menos de 30000 estudantes nos inícios da década de 1970, atingimos os 400000 em 2001/02 (ME, vários anos).

Todavia, as estatísticas mostram que o número de estudantes do ensino superior tem evoluído, nos últimos anos, de forma decrescente. Uma das razões é a questão demográfica: os valores da natalidade têm vindo a diminuir, repercutindo-se no número de crianças em idade escolar. Outras razões prendem-se com o abandono escolar nos diferentes níveis de ensino, em virtude de diversos factores como o do desemprego dos jovens graduados e as dificuldades financeiras das famílias.

No entanto, e apesar da diminuição da procura de ensino superior nos últimos anos, a tendência geral foi a da explosão da procura. Definitivamente, a procura de ensino superior é uma das conquistas da democratização que não se perdeu. A taxa real de escolarização dos jovens da coorte 18-22 no ensino superior cresceu, de acordo com os dados do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, dos 6-7%, em 1973/1974, para os 23%, no ano lectivo 2003/2004.

Quando 1 – Evolução do número de total de estudantes do Ensino Superior (universitário e politécnico, público e privado)

Ano lectivo	Nº estudantes	Ano lectivo	Nº estudantes
1960/61**	24 149	1999/00	373745

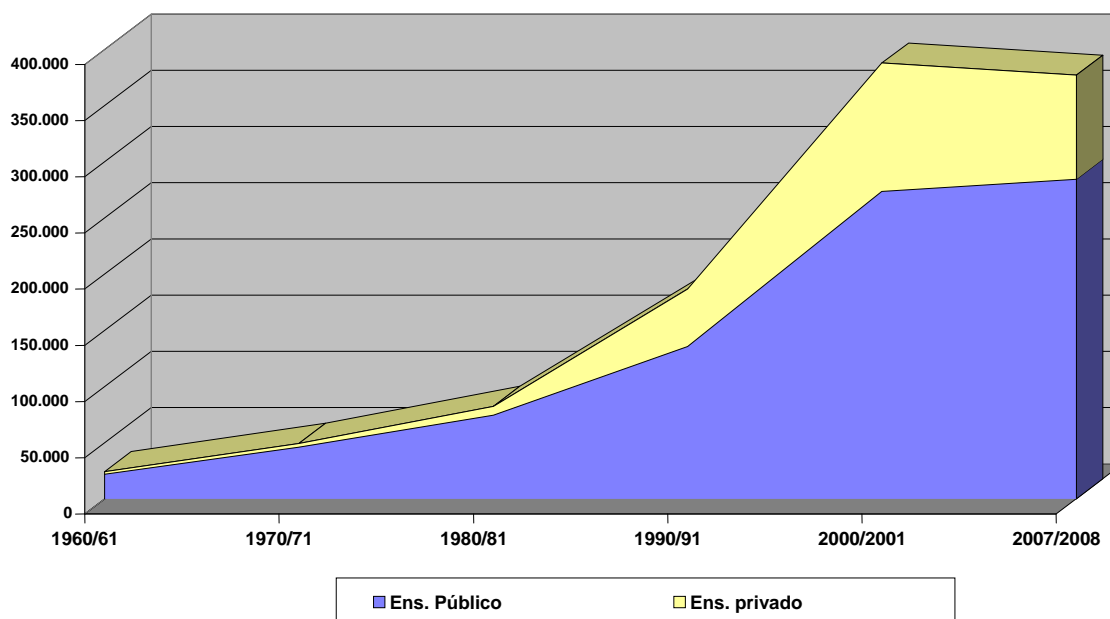
1965/66**	33 972	2000/01	387703
1970/71**	49 461	2001/02	396601
1975/76**	70 912	2002/03	395478
1980/81	82 428	2003/04	388724
1986/87	116 291	2004/05	380937
1990/91	186 780	2005/06	367312
1995/96	313795	2006/07	366729

Fonte: Ministério da Educação – Departamento do Ensino Superior GPEARI-OCES – Direcção de Serviços de Estatísticas e Indicadores de 1990/1991 em diante

* Barreto *et alii*, *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*

A figura abaixo mostra aquela evolução, em função da natureza pública/privada do estabelecimento de ensino. Note-se que até 1986 o número de estudantes do ensino superior privado era diminuto, e frequentavam uma instituição a Universidade Católica Portuguesa que, apesar de privada, gozava de condições especiais, nomeadamente no que diz respeito ao apoio do próprio governo. O aparecimento do ensino superior privado, isto é, com objectivos lucrativos, deu-se, apenas, em 1986, ano em que o governo de então, um governo de centro direita, à revelia de toda a tradição europeia, abriu o ensino superior à iniciativa privada, permitindo o aparecimento de centenas de instituições privadas que visam o lucro.

Figura 1- Evolução do número de estudantes do ensino superior



Fonte: De 1960/61 a 1970/71 Barreto *et alii*. in *A situação Social em Portugal, 1960-1995*.

No entanto, apesar do processo de democratização e de massificação do ensino superior, em Portugal, nestes últimos 30 anos, podemos colocar a seguinte questão: deste processo resultou uma alteração estrutural da composição social e económica dos jovens que frequentam o ensino superior ou este nível de ensino permanece um ensino de elites, tal como acontecia antes da Revolução de 24 Abril de 1974?

Interpelar deste ponto de vista o Ensino Superior é perguntar: quem são os pais dos alunos do Ensino Superior? Qual é a sua composição social? Qual a composição social da população portuguesa? Que homologias existem entre os dois grupos populacionais? Para responder à questão utilizámos os dados obtidos por dois investigadores no âmbito dos respectivos processos de doutoramento: os dados referentes ao ano de 1995, por Belmiro Gil Cabrito (2002) e os dados respeitantes a 2005, obtidos por Luísa Cerdeira (2008) bem como os dados do Censo de 2000 da população portuguesa (INE, 2001).

Para percebermos a estrutura social dos estudantes, estes investigadores aplicaram um questionário devidamente testado a uma amostra representativa dos estudantes do ensino superior em Portugal, construída em função de diversas variáveis nomeadamente a natureza pública e privada de ensino superior; o estabelecimento de ensino; o curso; o género; e, a idade dos estudantes. A amostra contemplou todos os estabelecimentos universitários públicos e privados do país.

1. A origem social dos estudantes universitários portugueses e a equidade neste nível de ensino

1.1 Equidade e estudantes universitários

Para determinarmos de a origem social dos estudantes utilizámos uma tipologia de classes baseada em J. Ferreira de Almeida et alii (1988), posteriormente adaptada à tipologia “rendimento familiar alto/médio alto; médio e baixo”. Nesse sentido, enquadrámos os estudantes do ensino superior, bem como a população portuguesa, naqueles três grupos sociais, a fim de aferir acerca do grau de equidade do sistema educativo.

De referir que comparámos a estrutura social dos estudantes portugueses do ensino superior em 1995 e 2005, com a estrutura social da população portuguesa, em 2001, por duas ordens de razões: por um lado, porque não existem dados globais relativos à população portuguesa a não ser nos anos dos Censos (neste caso, o Censo de 2001); por outro lado, porque a estrutura social de uma população não é uma variável de mudança rápida, tendo em conta todos os factores de natureza social, económica, demográfica, cultural e política que a condicionam, pelo que se partiu do princípio de que a estrutura social da população portuguesa em 2001 não se afastaria muito das relativas aos anos de 1995 e 2005.

Vejamos, então, no quadro 2, a estrutura social da população portuguesa em 2001 e a estrutura social dos estudantes universitários em 1995 e 2005.

Quadro 2 – Composição social da População Portuguesa e dos estudantes do Ensino Superior (%)

Rendimento	População (*)	População universitária (**)	
	2001	1995	2005
Alto e médio alto	9,9	17,6	17,7
Médio	52,1	69,9	73,8
Baixo	38,0	12,5	8,5

(*) Distribuição realizada pelos autores, partindo dos dados do INE – Censo 2001.

(**) Distribuição realizada pelos autores a partir dos dados dos questionários aplicados aos estudantes universitários por Belmiro Gil Cabrito (1995) e por Luísa Cerdeira (2005).

A análise dos valores do quadro permite-nos retirar, imediatamente, duas grandes conclusões:

1 - O grau de equidade da universidade portuguesa, medido pela representação de cada grupo social da população portuguesa nos estudantes universitários, é bastante baixo, remetendo para uma universidade de elites, reprodutora de situações de desigualdade social (Bourdeu & Passeron, 1964, 1979; Prost, 1992). De facto, e apesar do alargamento da base social de recrutamento dos estudantes universitários ocorrido nos últimos 30 anos, os estratos sociais com rendimentos mais elevados encontram-se sobre representados na população universitária, em prejuízo dos grupos de baixo rendimento. É de destacar que a percentagem dos estudantes oriundos dos estratos menos favorecidos da população é, em 2005, menos que a quarta parte dos valores homólogos na população portuguesa.

2 – Em termos evolutivos, o elitismo da universidade portuguesa agravou-se, durante os dez anos em estudo. Contrariamente ao que seria expectável ou, pelo menos, desejável, a de uma participação cada vez mais igualitária das diversas camadas da população numa universidade democrática, registou-se, entre 1995 e 2005, um forte recuo da participação dos indivíduos oriundos dos estratos sociais com menores rendimentos na universidade em benefício dos estudantes oriundos de famílias com rendimentos médios.

1.2 Equidade e estudantes do ensino público e do ensino privado

Tendo em atenção a particularidade da natureza jurídica dos estabelecimentos universitários portugueses que, desde 1986, podem ser de natureza pública e de natureza privada, distribuíram-se os estudantes universitários pelos dois tipos de estabelecimento, nos anos em análise. Observemos, então, o quadro 3.

Quadro 3 – Composição social dos estudantes do Ensino Superior Público e Privado (%)

Rendimento	Pop. Portuguesa 2001	1995		2005	
		Ens. Público	Ens. Privado	Ens. Publico	Ens. Privado
Alto e médio alto	9,9	14,4	26,4	16,2	21,2
Médio	52,1	71,8	64,3	75,5	69,0
Baixo	38,0	13,8	9,3	8,2	8,5

Fonte: Questionários aplicados aos estudantes universitários por Belmiro Gil Cabrito (1995) e por Luísa Cerdeira (2005).

A análise dos valores do quadro demonstra bem o elitismo da universidade portuguesa, independentemente da natureza pública ou privada do estabelecimento de ensino. Todavia, duas novas observações são possíveis: por um lado, o ensino público apresenta sempre o maior grau de equidade; por outro, em termos relativos, ao longo da década, o ensino público “elitizou-se”, tendo o ensino privado conhecido um caminho inverso.

Ora, tendo em atenção o facto de que: i) o ensino público presta um serviço à colectividade e que, por isso, deveria responder às necessidades de uma população (Weale, 1996; Wolfe *et al.*, 1997); ii) o peso do ensino público no total do ensino universitário; e, ainda, iii) o menor grau de equidade do ensino privado, apesar da tendência que registou; podemos concluir que, no período 1995-2005 o ensino

universitário não se democratizou verdadeiramente. Pelo contrário, os números testemunham, indubitavelmente, anos de “retrocesso” no processo de democratização da Universidade, em Portugal.

Todavia, deve sublinhar-se o aumento significativo do peso dos jovens oriundos da classe média na universidade, nestes dez anos, o que nos remete para um processo de recomposição social tendencial no sentido da massificação do ensino universitário, mas mantendo-se, ainda assim, como um ensino para as elites.

2. A origem social dos estudantes bolseiros

Outro indicador que poderá contribuir para iluminar a questão do elitismo da universidade portuguesa, é o peso dos estudantes bolseiros no total dos estudantes universitários, partindo do princípio de que estes estudantes se encontram, em geral, entre os estudantes com maiores carências financeiras.

Quadro 4– Percentagem dos estudantes bolseiros em 1995 e 2005

	1995	2005
Ens. Público	23	33
Ens. Privado	1	13
Total	17	28

Fonte: Questionários aplicados aos estudantes universitários por Belmiro Gil Cabrito (1995) e por Luísa Cerdeira (2005).

A análise dos dados mostra-nos que ocorreu um aumento muito significativo da percentagem de estudantes bolseiros no total dos estudantes da universidade, que passou de 17% para 28%. Este facto parece mostrar a vontade política de reforçar o nível da equidade deste sector educativo.

Todavia, este acréscimo deveu-se, fundamentalmente, às políticas públicas de inclusão dos estudantes das universidades privadas no sistema de apoio social que beneficiava, até então, apenas os estudantes do ensino público. Em conformidade, aumentou significativamente o número de bolseiros ao longo dos dez anos em estudo, sem que o ensino universitário como um todo tenha visto aumentado o seu grau de equidade, pois os novos bolseiros já estavam inseridos no sistema, enquanto estudantes sem bolsa.

Obviamente, esta medida educativa de alargar a acção social ao ensino privado constituiu um factor muito positivo no quadro do ensino superior e que poderá repercutir-se, no médio prazo, no aumento da equidade do nosso ensino superior, ao garantir a um maior número de indivíduos de fracos rendimentos a possibilidade de frequentarem a universidade.

Notas finais

Com esta nossa intervenção pretendia-se, fundamentalmente, perceber a evolução do ensino universitário português, em termos de dimensão e de composição social dos estudantes, com o objectivo de perceber o nível de equidade do ensino superior universitário em Portugal e as alterações conhecidas no sentido da sua democratização, no período em análise.

Com esse objectivo em mente, apresentou-se informação relativa à origem social, medida em termos de rendimento, da população portuguesa bem como dos estudantes universitários portugueses, total e na situação de bolseiro, em função da natureza jurídica do estabelecimento de ensino superior, em 1995 e em 2005.

A análise da informação permite afirmar que as alterações conhecidas pelo ensino superior, em Portugal, não evidenciam o aumento do seu grau de equidade no período em estudo.

De facto, pudemos verificar que a percentagem dos jovens que frequenta o ensino superior pertencente aos estratos menos ricos da população, diminuiu de forma significativa ao passo que a percentagem dos jovens oriundos de famílias com rendimentos médios aumentou de forma substancial.

Por outro lado, pudemos verificar que o acréscimo do número de estudantes bolseiros resultou, fundamentalmente, do alargamento das políticas públicas de apoio aos estudantes mais desfavorecidos aos estudantes das universidades privadas, facto que não se traduziu, todavia, no aumento do nível de equidade do subsistema de ensino superior privado.

Apesar da apreciação do nível de equidade do sistema educativo poder ser avaliado através de diversos indicadores, a comparação entre a composição social de uma população e a composição social dos respectivos estudantes é um indicador de extrema relevância. Ora, os dados não são de molde a termos uma atitude positiva relativamente à elevação do grau de equidade do ensino universitário, em Portugal.

Durante os dez anos em análise, e apesar do aumento incontestável do número de estudantes envolvidos no ensino superior nas últimas décadas, o nível de equidade deste nível de ensino diminuiu, em termos gerais, ao longo do período. E esta tendência para o elitismo do ensino superior português verifica-se não só nos estabelecimentos públicos mas também nos estabelecimentos de natureza privada cuja população, aliás, é mais “favorecida” do que a aquela que frequenta os estabelecimentos públicos (Cabrito, 2002; Cerdeira, 2008).

Como ultrapassar a situação, é a questão que agora urge responder e resolver. Obviamente, solucionar este problema passa por um conjunto de medidas de política educativa, social e financeira que possa garantir o crescimento da participação dos jovens oriundos dos estratos menos favorecidos da sociedade portuguesa no ensino superior, ao mesmo tempo que se favorecerá de forma efectiva o processo de democratização do ensino superior, em Portugal.

Esta transformação social na universidade portuguesa passa pela diminuição das despesas realizadas pelos alunos com a sua educação, independentemente dos respectivos níveis de rendimento e da natureza pública ou privada dos estabelecimentos de ensino; por uma maior participação do Estado no financiamento dos estabelecimentos públicos e na rede de apoio social a todos os estudantes; por medidas de política que contribuam para o aumento do número de indivíduos da coorte 18-22 anos no ensino superior, para o que se torna necessário medidas pedagógicas e financeiras no decurso dos ensinos básico e secundário; por políticas de crédito para estudar que combatam a relutância dos mais pobres em se endividarem e que poderão aumentar a frequência e a eficácia do ensino superior português, bem como o seu grau de equidade. Numa palavra, e recuperando Meirieu *et al.* (1997), passa por uma vontade política em fazer essa transformação.

Referências

Almeida, J. F., Costa, A. F. & Machado, F. L. (1988). Famílias, estudantes e Universidade. *Sociologia: Problemas e práticas*, 4, pp. 11-44.

Barreto, A. *et alii* (1995). *A Situação Social de Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1964). *Les Héritiers*. Paris : Les Éditions Minuit.

Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1970). *La reproduction*. Paris : Les Éditions Minuit.

Cabrito, B. (2002). *Financiamento do Ensino Superior: Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal*, Lisboa: Educa.

Cerdeira, L. (2008). O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de custos, *Dissertação de Doutoramento*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Meirieu, Ph. & Guiraud, M. (1997). *L'école ou la guerre civile*. Paris : PLON.

Prost, A. (1992). *L'Enseignement s'est-il démocratisé ?* Paris : PUF.

Weale, M. (1996). Una evaluación crítica de los análisis de las tasas de rendimiento. In *Economía de la Educación* [Estebe Oroval, ed.]. Barcelona: Ariel Educación, pp. 39-49.

Wolfe, B. & Zuvekas, S. (1997). Non-market Outcomes of Schooling. *International Journal of Education Research*, nº 27, pp. 491-502.